

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.688.587 - RS (2017/0184930-2)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : WAGNER DA SILVA CAMARGO**  
**ADVOGADO : CLODOMIRO PEREIRA MARQUES - RS052578**  
**RECORRIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Wagner da Silva Camargo, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 342):

**EXECUÇÃO DE SENTENÇA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EXECUTIVOS. PRECLUSÃO.**

O pedido de fixação de honorários executivos se encontra precluso, eis que restou indeferido pelo despacho inicial do processo de executivo, tendo em vista que o valor exequendo seria quitado por precatório. Contra a referida decisão, o agravante não recorreu.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 361-364).

Alega o recorrente negativa de vigência ao art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, sob o argumento de que, como foram opostos embargos à execução, é cabível a condenação da União em honorários relativos à execução, ainda que o pagamento seja realizado por precatório.

Afirma ainda não ter ocorrido preclusão na hipótese, uma vez que, em evento posterior à decisão que havia indeferido a fixação de honorários, a União interpôs embargos à execução, alterando a situação processual, nos moldes do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997.

Argumenta, outrossim, não haver dispositivo legal que estabeleça o momento processual para o pleito de fixação de honorários na fase de execução.

Contrarrazões às e-STJ, fls. 383-390.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 393), subiram os autos a esta Corte.

É o relatório.

Compulsando detidamente os autos, verifica-se que o recurso não ultrapassa o juízo de admissibilidade, porquanto os argumentos deduzidos pela insurgente não correspondem aos fundamentos lançados na decisão impugnada.

Insurge-se o recorrente contra a não fixação de honorários na fase de execução, apesar da interposição de embargos à execução. Ocorre que a Corte *a quo* não tratou do indigitado tema, tendo apenas estabelecido a preclusão da

# *Superior Tribunal de Justiça*

matéria em face de decisão anterior.

De outro lado, ainda que o recorrente tenha defendido a inexistência de preclusão ao longo de suas razões recursais, não vinculou esse fundamento recursal à violação de qualquer dispositivo de lei federal.

Desse modo, evidente a deficiência na fundamentação recursal, de modo a atrair a incidência na espécie da Súmula 284/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. LICITAÇÃO. CREDENCIAMENTO. SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS INTERESSES DA PARTE. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. SUPOSTA VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.666/1993 E DO CÓDIGO CIVIL. RAZÕES RECURSAIS INAPTAS DE INFIRMAR OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO. SÚMULAS 284 E 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. O mero julgamento da causa em sentido contrário aos interesses e à pretensão das partes não caracteriza a ausência de prestação jurisdicional, tampouco viola o art. 1.022 do CPC/2015.

Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não se conhece do recurso especial por deficiência na sua fundamentação, estando as razões do recurso genéricas e dissociadas do que decidido no acórdão recorrido, bem como quando não impugnam fundamento autônomo, suficiente por si só à manutenção do julgado (Súmulas 284 e 283/STF). 4. O recurso especial não é, em razão das Súmulas 05 e 07/STJ, via processual adequada para questionar julgado que se afirmou explicitamente em contexto fático-probatório próprio da causa, tampouco de interpretação de cláusulas contratuais.

5. "Resta prejudicada a análise da divergência jurisprudencial se a tese sustentada esbarra em óbice sumular quando do exame do recurso especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (EDcl nos EDcl no REsp 1.065.691/SP, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015).

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.343.289/AP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL

# *Superior Tribunal de Justiça*

MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 6/12/2018, DJe 14/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ARTIGOS SUPOSTAMENTE VULNERADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO IMPROVIDO.

1. A falta de indicação dos dispositivos legais que teriam sido eventualmente violados, cujos conteúdos normativos sejam capazes de amparar a tese recursal a eles associada, faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

2. Razões recursais insuficientes para revisão do julgado.

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1.353.615/DF, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/7/2019, DJe 6/8/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator